

**“ATENÇÃO: PRÓXIMA REUNIÃO TRANSFERIDA PARA O DIA 22/08/12 – QUARTA FEIRA,  
VEJA PAUTA”**

**ATA DA 28ª REUNIÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E  
ECOECONOMIA - 19/07/2012**

O Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia realizou no dia 19 de julho de 2012, no Auditório do Edifício Martinelli, Rua São Bento, 405, 18º andar, São Paulo – SP, às 10h, a sua vigésima oitava reunião de trabalho, convocada com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião e aprovação da ata anterior; 2) Informes; 3) Debate entre o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira – Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Prof. Dr. José Goldemberg – ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Dr. Nelson Moreira Franco – Gerente de Mudanças Climáticas da Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e o Dr. Fábio Feldmann – Consultor de Meio Ambiente e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo contemplando o tema “O legado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20”; 4) Manifestação dos membros do Comitê ; 5) Manifestação do Presidente do Comitê Dr. Miguel Bucalem e encerramento.

*1) Abertura da reunião e aprovação da ata anterior – (Segue transcrição da gravação realizada)*

**Miguel Bucalem - SMDU:** Bom dia a todos. Eu queria dar início à 28ª reunião do Comitê de Mudança do Clima e Economia. Daqui a pouco eu farei os agradecimentos formais aos nossos ilustres convidados hoje. Mas antes, eu queria proceder com o primeiro item da ordem do dia, aprovação da ata da reunião anterior, eu queria perguntar a todos se há alguma observação sobre a ata?

**Hugo Duarte - SEMDET:** Eu gostaria de fazer um comentário sobre a ata.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Sim, por favor.

**Hugo Duarte – SEMDET:** Eu tive a felicidade, quando eu imprimi essa ata, eu gostaria assim, eu não sei o quanto ela foi... quanto ela é verdade. Eu queria parabenizar, porque quem escreveu essa ata teve o cuidado de usar toda a pontuação, muito bem usada, e deu uma ênfase fantástica, e tornou-se essa ata tão didática. Tão didática, que eu fiz dela um instrumento que me acompanha esses três dias. E essa ata tem o poder, como diz aqui, o Eduardo Jorge, na ata, de mudar um hábito domiciliar, doméstico. Eduardo Jorge, sabe que lá em casa, nós temos uma vegetariana e um carnívoro. Depois que eu li essa ata, teve uma repercussão na minha casa. Porque ela fez parte da copa da minha casa para discutir. E tão bem feita que se vocês permitirem, eu vou usar essa ata no meu blog, eu vou escrever sobre isso, porque eu achei fantástico. E lamento muito não ter participado de outras reuniões, pela riqueza disso aqui. Eu me orgulho muito de estar participando hoje, com pessoas tão ilustres e com conhecimento tão amplo. Eu, na década de 70, quando eu dava nota nas provas de meus alunos, eu dava 10, e o 10 tem duas qualificações. Tinha o 10 simplesmente. E o aluno que era perfeito, eu dava 10 com louvor. Eu queria dar um 10 com louvor para essa ata. Muito obrigado.

## *2) Informes*

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado. Um trabalho muito criterioso de organizar essas atas. Então eu queria colocar, se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. Ata aprovada. Na sessão dos informes, eu vou simplesmente mencionar que a síntese do C40 Summit que foi realizado em 2011, com trabalho muito dedicado do Professor Massambani, que se empenhou demais em se tornar essa síntese um documento que possa refletir o que ocorreu no C40, depois se o Professor Massambani quiser mencionar um pouco o conteúdo. Mas de qualquer forma ele reflete de forma fiel, de forma bastante abrangente o que ocorreu no C40. Nós estamos distribuindo esse trabalho, essa publicação para todos aqui, hoje, no Comitê, os membros, os convidados. Massambani, o senhor gostaria de fazer algum comentário?

**Oswaldo Massambani - SMDU:** Eu queria mencionar que o evento do C40 foi um importante encontro das maiores cidades do mundo. Como os senhores sabem, o C40 congrega um conjunto de mais de 59 grandes cidades do mundo. O evento, em São Paulo, juntou, na realidade através de uma análise dos melhores projetos de políticas públicas sendo realizados nas maiores cidades do mundo. Isso foi feito sessões de apresentações desses projetos. De modo que a decisão da Prefeitura foi registrar em vídeo esse material. E, depois, como nós tivemos cerca de 1500 pessoas, um número relativamente grande para um evento,

mas o conhecimento que foi trazido é tão relevante, que a decisão da Secretaria foi promover a síntese, de tal modo que toda conferência passou a estar em vídeo. De modo que todos os palestrantes, e aqui nós temos importantes, como o Secretário Miguel, Professor Godemberg, o Fabio Feldmann, o Secretário Eduardo Jorge, podem ver o que foi trazido pelo conjunto das pessoas. Nós tivemos então mais de 85 conferências, que estão em vídeo, gravadas aí. Tem uma síntese do conteúdo da sessão e uma síntese de cada um dos projetos apresentados, bem como em inglês e português. De modo que a ideia desse documento é fazer com que o conteúdo desse encontro pudesse ser disseminado para as cidades do mundo. Em adição ao texto em papel e em vídeo, no DVD, existe um site em que todo esse conteúdo está lá, as apresentações em Power Point, para download também está lá. De modo que, digamos assim, são os anais do evento de forma viva se pode assistir a conferência como um todo.

*3) Debate entre o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira – Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Prof. Dr. José Goldemberg – ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Dr. Nelson Moreira Franco – Gerente de Mudanças Climáticas da Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e o Dr. Fábio Feldmann – Consultor de Meio Ambiente e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo contemplando o tema “O legado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20”*

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, Professor Massambani. Então, agora nós vamos passar para o item, que é hoje o motivo principal da nossa reunião. Eu queria, inicialmente, agradecer os convidados, por terem aceitado o convite. E, também, aqui, parabenizar o Volf, por conseguir juntar aqui, todas essas pessoas que têm tido um envolvimento muito grande com a questão climática, e são referências nessa área. Eu queria cumprimentar o doutor Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, para participar desse debate. O professor, doutor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, e que foi Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e é realmente uma grande referência na área ambiental, por muitas décadas, já. Queria mencionar a presença, também, do doutor Nelson Moreira Franco, que é o Gerente de Mudanças Climáticas do Rio de Janeiro, nesse ato representa o Vice-Prefeito da cidade, e ele foi responsável pelo inventário de emissões, realizado pela cidade do Rio de Janeiro. Finalmente, eu gostaria de agradecer o Fabio Feldmann, que foi Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, consultor dessa área, e também uma referência. Acho que

nós conseguimos, de novo o mérito é do Volf, juntar um grupo muito seletivo, para discutir “o legado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20”. E antes de passar a palavra para os debatedores, gostaria de mencionar, como estímulo, que eles pudessem abordar o que se atingiu, o que poderia ter sido atingido, qual o papel das cidades nessa discussão. Também houve evento no âmbito do C40, ou paralelos, que merecem destaques: Encontro dos Prefeitos; Congresso Mundial do ICLEI; a reunião da rede C40. Vou sugerir, inicialmente, que cada um dos convidados faça as suas reflexões sobre o tema, por cerca de 10 minutos. Depois que todos fizerem as reflexões, nós vamos dar mais 5 minutos para cada um, porque aí eles terão conhecido a manifestação dos colegas. Depois, então, abriremos para questões aqui, do Comitê e da audiência, que hoje está presente aqui. Eu vou convidar, primeiro, o doutor Adriano Santhiago para fazer suas reflexões.

**Adriano Santhiago de Oliveira:** Obrigado, Secretário Miguel. Agradecendo, eu gostaria de cumprimentar, também, os membros da mesa, em especial o Secretário Eduardo Jorge, Professor Goldemberg, Fabio Feldmann, colega de longa data na questão de mudança do clima. E, claro, agradecer o esforço ao professor Volf por organizar a reunião, e agradecer o convite ao município de São Paulo e cumprimentar a todos os presentes, a todos os colegas aqui. Secretário, sobre o legado da Rio+20, eu acho que a própria reunião que nós estamos tendo aqui, hoje, no Comitê de Mudança do Clima do Município de São Paulo, já é um reflexo disso. É intenção da Ministra Izabella Teixeira, já, no início de agosto, fazer interações internas no Ministério do Meio Ambiente com todos os servidores, para fazer esse balanço sobre a Rio+20. Ela já vem fazendo isso com os dirigentes. A gente tem tido reuniões regulares envolvendo todos os Secretários e Diretores, para a partir daí, também promover debates como esse que vocês estão promovendo aqui. Eu gostaria de iniciar a minha intervenção, fazendo menção a uma fala da Ministra Izabella, ao final da Rio+20, em que ela mencionou o seguinte: *“O difícil processo de encontrar consensos, característico das conferências das Nações Unidas, obteve sucesso, não só por evitar retrocessos, como para abrir caminhos visando a construção de novos modelos de desenvolvimento sobre o paradigma da sustentabilidade.”* Dentro dessa frase bonita da Ministra, eu acho que têm pontos importantes. Primeiro, quando ela fala de evitar retrocessos, eu acho que não como uma atitude defensiva, mas um ponto importante da Rio+20, já seria a gente ter evitado perdas. Eu acho que, ao evitar perdas, evitar retrocessos, existia riscos em relação a retrocessos referentes ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, existia riscos de ter retrocessos em relação ao que já foi atingido, em

relação às diferentes convenções adotadas na Rio 92. Enfim, esse seria um dos pontos positivos. A gente ter evitado perdas. Ainda sobre o comentário da Ministra, em relação a construir novos modelos de desenvolvimento, eu acho que outro ponto que foi bastante repetido, não só pela Ministra, como a Presidenta, e outras autoridades, é de que a conferência da Rio+20 era um ponto de partida. Eu acho que o grande mote era ter a conferência como um ponto de partida para a implementações de novas políticas na área ambiental. A gente entende que com a Rio+20, houve um ápice do reconhecimento de que a agenda ambiental está ampliada. A agenda ambiental já não é mais a de alguns anos atrás. Se a gente fizer a comparação com a Rio 92, e o que a gente teve na Rio+20, a gente pode concluir, fazendo a comparação desses 20 anos, até mesmo em termos de participação. Agora na Rio+20, uma das maiores, senão a maior conferência multilateral de Meio Ambiente, mais de 45 mil participantes, a conferência do clima de Copenhague teve 19 mil, e a Rio 92, 17 mil. Isso já dá uma dimensão, em termos quantitativos, em relação à Rio+20. Eu acho também, que vale a pena a gente pontuar essas diferenças da Rio 92 para a Rio+20, mas também, a complementação da Rio+20 em relação à conferência da Rio 92. E eu vejo como complementação, o fortalecimento que nós temos, considerando a Rio 92, das convenções adotadas naquela ocasião. Um exemplo claro: houve muita crítica de que a parte de mudança do clima não tinha um ponto e aproveitando que nós estamos no Comitê de Mudança do Clima, não tinha um ponto específico da agenda para discutir, mas isso tinha sido uma posição acordada, de que já existe uma convenção para tratar do tema, e mudança do clima foi tratada na Rio+20 de uma forma transversal em vários itens de discussão, porque é um assunto que está relacionado a todos os assuntos de natureza ambiental. E para destacar a importância da convenção sobre mudança do clima, eu remeteria à conferência de Durban, em dezembro passado, em que, na minha opinião, desde 1997 não se tinha um resultado tão importante em termos de conferência. Na adoção do Protocolo de Kyoto, a Conferência de Durban adota 2015 como um ano para se fechar um protocolo, um novo instrumento legal, um resultado com força legal, aí é uma linguagem diplomática, mas enfim, a gente vai ter o futuro do regime considerado para uma coisa nova a partir de 2015, para ser implementado em 2020. Esse é um grande avanço. E aí, já é algo que vem de legado da Rio 92. Outro ponto importante que o Ministério do Meio Ambiente identifica em relação à Rio+20, dentro dessa ampliação da agenda ambiental, foi o engajamento da sociedade na discussão. De novo, comparando números da Rio 92, 17 mil pessoas, e agora, 45 mil pessoas, houve uma diferença muito grande em relação à Rio 92, em termos de alargamento de participação. O setor privado teve uma participação marcante na Rio+20, a sociedade civil e o setor acadêmico. Então, nós achamos que a Rio+20

deixa de ser um assunto exclusivo de ambientalistas, e aí eu me incluo também como ambientalista, que a gente tem uma diferença do que era o ambientalista na Rio 92 do que é o ambientalista agora, a partir da Rio+20. Nós identificamos, como ambientalista da Rio+20, os acadêmicos ambientalistas, o setor privado, o setor produtivo ambientalista, a sociedade como um todo. Definitivamente, a agenda foi expandida. E na nossa opinião, uma coisa que ficou também patente na Rio+20, foi a necessidade de evitarmos as polarizações, de trazer informação política importante para o debate e tentar evitar esse debate de pólos, tentar encontrar um caminho do meio, e aí a participação de todos os atores importantes que eu mencionei, é relevante para se chegar a esse objetivo. Sobre a declaração, o documento O Futuro que Queremos, e aí, seguindo a sua solicitação, Secretário, do que teria sido atingido com a Rio+20, e aí pensando mais no documento oficial, nós destacaríamos os termos de discussão da economia verde, a governança para o desenvolvimento sustentável. Não foi possível lograr uma graduação do PNUMA, mas o PNUMA, eu acho que sai mais fortalecido da Rio+20 do que entrou. Ele ganha um status mais importante. A discussão de oceanos, também aí, atendendo a sua solicitação do que poderia ter sido atingido, Secretário. A gente teve avanços na discussão de oceanos, que poderia ter sido melhor, poderia ter atingido resultados melhores, mas de qualquer forma, você já ter um tratado, e ter trazido a discussão de oceanos, que não vinha ganhando uma importância que devia, para a discussão, para o cerne do debate, é outro ponto importante que nós identificamos. A discussão de produção e consumo sustentável. O plano decenal é um passo importante. É claro que ainda existem lacunas, de como tornar as obrigações dos países desenvolvidos em realidade. E aí eu acho que pensar em responsabilidades dos países desenvolvidos, não tem como a gente não pensar no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Eu acho que outro desafio vai ser agora, colocarmos em prática o que é o comum e o que é o diferenciado do princípio. Tem que se trabalhar as responsabilidades comuns, todos os países, em todos os níveis, seja local ou nacional. Tendo responsabilidades, mas diferenciando essas responsabilidades em relação aos compromissos dos países desenvolvidos. Outro ponto importante de discussão, que também nós vimos como avanço na Rio+20, é a discussão de subsídios a combustíveis fósseis. Houve uma clara menção na declaração do documento oficial, em que as partes estão determinadas em discutir, bastante seriamente, a eliminação de subsídios perversos, subsídios ineficientes para combustíveis fósseis. Essa é uma agenda importante, de avanço também, que nós identificamos como um bom resultado da Rio+20. O objetivo do desenvolvimento sustentável, também não foi possível já se estabelecer metas e prazos específicos para os objetivos, mas nós temos que entender que dentro de um processo multilateral, com mais de 190 países, é

difícil você chegar a um consenso sobre tudo que se deseja, mas dentro da discussão multilateral, o importante é estabelecer processos, e aí a gente tem uma decisão forte, um documento forte, contemplando vários elementos para se estabelecer processos. E a questão do objetivo do desenvolvimento sustentável é uma parte de processo que nós identificamos como relevante. E a própria criação do fórum de alto nível da ONU, para estabelecer o plano de trabalho para os objetivos do desenvolvimento sustentável, é outro ganho que também nós identificamos. E por fim, toda discussão de novas métricas de progresso, além do Produto Interno Bruto. Nós identificamos como muito importante essa discussão de considerar o capital natural, os aspectos ambientais dentro da métrica de desenvolvimento, de progresso econômico dos países. Acho que a declaração final registra esses compromissos assumidos, registra e sinaliza caminhos a serem traçados, com essas diversas ações. Acho que não teremos tempo aqui para entrarmos em detalhes sobre todas essas ações, mas o debate pode promover isso. Para não avançar muito no tempo, eu gostaria de trazer alguns números brevemente, mas só para se ter uma ideia da dimensão da conferência. Foram 500 eventos paralelos no Centro de Convenções, no Rio Centro, mais de 3 mil eventos paralelos no Rio de Janeiro. Isso tudo diferencia bastante também, sempre fazendo contraponto com a Rio 92, em termos de avanço. 705 compromissos voluntários para desenvolvimento sustentável, governos, empresas, grupos da sociedade civil, universidades, e que podem mobilizar algo em torno de 500 bilhões de dólares. Cidades, eu acho que houve um grande impacto na Rio+20, a participação do C40. Acho que esse aqui é um resultado importantíssimo da participação das cidades. O compromisso que as cidades assumem. Isso aqui merece um registro bastante positivo. Engajamento do setor empresarial, como eu havia mencionado, eu acho que o papel do setor empresarial na discussão foi emblemático. Isso está claro que o setor privado está engajado na discussão ambiental. Temos 713 compromissos voluntários adotados na conferência: 100 milhões de árvores até 2017, reciclagem de 800 mil toneladas, por ano, de PVC até 2020, só para citar algumas. Também uma estimativa de 500 bilhões de dólares, envolvidos nesses compromissos. Um elemento que foi muito interessante, da conferência, e que eu gostaria de trazer ao destaque aqui também, foi à questão da emissão de compensações da conferência. Normalmente, se faz essas compensações por meio de plantio de florestas, plantio de árvores, e dessa vez, a conferência fez uma compensação bastante interessante: não sei se os senhores tiveram a oportunidade de compensar essas emissões também durante a Rio+20. A Caixa Econômica montou, junto com o grupo de apoio do Itamaraty, um sistema que as pessoas poderiam compensar as emissões de viagens que foram feitas para a Rio+20, e esses recursos, eles vão ser voltados para aquisição de reduções

certificadas de emissões, ou popularmente conhecidos como os créditos de carbono de MDL. Quer dizer, vai haver uma concentração de recursos para comprar essas reduções de emissões de projetos de MDL, e aí, projetos de MDL brasileiros, e essa compra de recursos de reduções certificadas dos projetos brasileiros vão ser canceladas na contagem geral da ONU. O que isso significa? Os países desenvolvidos não poderão fazer uso desses créditos que o governo brasileiro vai cancelar, para poder emitir mais gases de efeito estufa. Então foi uma forma de compensação real, porque as reduções dos projetos de MDL são reduções reais, reduções mensuráveis, reduções de longo prazo. Para concluir, a demanda sobre os assuntos ambientais está colocada pela sociedade, o desafio dos governos, não só o Governo Federal, mas governos municipais, e governos estaduais, é como agora, lidar com essas demandas. Eu acho que a gente vai ter que promover um diálogo muito franco e aberto com a sociedade de forma concreta, para estabelecer, integralizar esses novos temas, esse alargamento da agenda ambiental, se vê a questão de direitos humanos, a questão de direitos indígenas também, com ganho de uma força grande na Rio+20. A Ministra Izabella colocou que a gente poderia ter avançado mais em direitos reprodutivos das mulheres. O Brasil já avançou bastante nisso, mas, por questões políticas, não foi possível dar um passo maior no âmbito multilateral, mas é um ponto importante também para buscar avanços. Lições aprendidas com os jovens. Eu acho que o que o pessoal novo, hoje, faz, em relação de rede social, de mídia, tem que aprender com eles. Eu tenho certa resistência, não tenho Facebook, Twitter, tenho dificuldade, mas confesso que tenho que mudar isso. Acho que a gente tem que entrar nessa ação que a garotada vem fazendo. É um elemento importante de comunicação. Vai ter que aprender com eles, em relação a isso. E novamente, atuação marcante do setor privado, das cidades, pode-se fortalecer esse diálogo. No campo internacional, um ponto importante que nós identificamos foi o fortalecimento de relações bilaterais, principalmente Sul/Sul, pelo menos pelo lado do Ministério do Meio Ambiente, a Ministra teve muito encontro com Coréia do Sul, Indonésia, China, e os nossos irmãos latino americanos. Eu acho que o fortalecimento da cooperação Sul/Sul é um legado da Rio+20. E eu acredito que no cômputo geral, o balanço da conferência é bastante positivo. Eu gostaria de ouvir aqui, as outras autoridades e amigos, as suas opiniões sobre a Rio+20, mudança do clima, e esses assuntos. Obrigado, Secretário.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, doutor Adriano, pela manifestação. Eu vou então, convidar o professor Goldemberg para apresentar as suas reflexões.

**José Goldemberg:** Olha, meus amigos, nós temos claramente aqui, um conflito de gerações. É evidente que a leitura que você fez, das declarações da Izabella, tem sido a linguagem geral do Itamaraty, do governo, ela revela claramente um conflito de gerações. Quer dizer, então essa observação de que a conferência do Rio+20 é um ponto de partida, isso é para quem tem 30 anos, quer dizer, as pessoas estão aí desde 1972 que esses assuntos estão sendo discutidos. Em 1992 foi feito um grande esforço, e ele foi multilateral, não é mesmo? De modo que essa ideia de que é um ponto de partida me lembra a fábula de La Fontaine, do lobo, que queria pegar as uvas. Não conseguiu. Pulou, pulou, tentando pegar as uvas, não conseguiu. Aí ele disse: *“ah, elas estavam verdes.”* E foi embora. Quer dizer, realmente, você me desculpe a franqueza, porque eu quero ajudar, simplesmente. E você sabe que nós todos temos uma grande estima pela Izabella. Inclusive no caso do Código Florestal, todos os ex-ministros, efetivamente, se mobilizaram para apoiar a Izabella. Mas realmente, fazer o jogo do contente em relação à Rio+20, é fazer pouco da inteligência dos brasileiros. E eu não estou nada contente com essa posição. E eu já escrevi no Estado de São Paulo, o Estado de São Paulo de segunda-feira tem o meu ponto de vista expresso e eu acho que vocês, que são mais jovens, deviam pensar seriamente diante do fato de que têm pessoas sérias que colocaram um bocado de esforço da sua vida para tentar melhorar as coisas e fazer o jogo do contente agora, realmente não ajuda nada. O que é o seguinte: o problema fundamental é que a conferência do Rio+20 mostrou o fim do multilateralismo. Olhando em termos políticos agora, não em termos mais, digamos, informais como eu citei, ele mostra o fim do multilateralismo. Quer dizer, ele simplesmente desiste de atingir, através de uma relação internacional, normas que sejam obedecidas por todos os países. A Organização Mundial do Comércio faz isso todos os dias. Se você começa a vender laranja por um preço inadequado à aquisição, etc. e tal, alguém entra na Organização Mundial do Comércio, e processa o país que faz isso. E aqui não. Aqui acabou. Não tem mais compromissos mandatórios, todos os compromissos são voluntários. Nós já tínhamos visto isso na conferência de Copenhague. Na conferência de Copenhague, já se falou nisso. A de Durban também criou compromissos voluntários, que é a tese que o Governo Federal adota, no caso das emissões de carbono, mas emissões de carbono é um detalhe. A conferência do Rio+20 é muito mais do que emissões de carbono. No fundo, a Rio+20 representa o fim do multilateralismo. Quer dizer, uma desistência completa de tentar chegar a uma regra internacional que constrangesse os grandes países a seguir normas que fossem aceitáveis por todos. Isso vale para os Estados Unidos, vale para a China também. E de modo que eu acho que descrever a Rio+20 como um sucesso, mesmo um sucesso parcial, é contraproducente. Eu acho que a única coisa, realmente, que emanou da Rio+20 é que os

esforços, daqui para frente, eles vão ser feito em outros fóruns. São esforços locais. Eles são esforços de baixo para cima. E não de cima para baixo. Quer dizer, realmente, é como se os países tivessem jogado a toalha, e: *“Não, tudo bem. Daqui não vai sair nada mesmo. Nós não vamos conseguir impor que a China reduza suas emissões, que os Estados Unidos assine o Protocolo de Kyoto, ou coisa parecida.”* Agora, o que ocorreu de positivo, e de fato foi positivo, foi o engajamento da sociedade civil. Os prefeitos, e a bola então, como se diz, passou para as atividades locais. As atividades locais dependem de liderança. Então há Prefeituras, como a Prefeitura de São Paulo, não em particular o prefeito, a Prefeitura de São Paulo, os prefeitos, e a Câmara Municipal que adotaram leis, tomando decisões quantitativas acerca do que vai ser feito em relação ao ambiente. Se elas são implementadas ou não são implementadas, é outro problema. Porque existe Ministério Público. E se alguém não estiver contente com o fato de que o município do Estado de São Paulo não está reduzindo suas emissões de carbono, só para dar um exemplo, que vá para o Ministério Público. Isso vai acabar ocorrendo. O Estado de São Paulo também, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo adotou metas mandatórias também, que se está tentando implementar e outros países, toda a União Européia têm metas mandatórias e está fazendo isso, também. De modo que o que se esperava da Rio+20 não era uma reunião retórica, era o fortalecimento das convenções. O balanço do que tinha ocorrido, e o fortalecimento das convenções. E eu vou demonstrar isso. Eu vou demonstrar, porque o Secretário Geral das Nações Unidas, ele preparou, com um grupo de representantes dos países, ele preparou um documento base para ser discutido na Rio+20. É o que a gente chama de Draft Zero, não é mesmo? Que ficou pronto em dezembro. Este documento, ele não era muito bom. Mas ele era um documento que tinha ambições. Ele era relativamente ambicioso. E todas as ambições que tinham nesse documento foram eliminadas na versão final. Então, apresentar o documento final como um sucesso é realmente fazer pouco do esforço do Secretário Geral. Eu vou dar um exemplo. No caso de energia, que é o... Energia é um proxi para efeitos climáticos. Não existe uma palavra que represente proxi. As pessoas dizem: *“ah, pois a Rio+20 não era para discutir mudanças climáticas.”* De fato, não era para discutir mudanças climáticas. Mudança climática não é uma causa. É um efeito. É uma consequência do uso de energia. E o uso de energia tem mil consequências. Mudanças climáticas é uma das consequências do uso de energia. Mas ele tem muitas outras consequências. Por exemplo, o uso de energia na África, queimando árvore, queimando galho para cozinhar, tem consequências sérias na área da saúde. Não tem nada que ver com mudanças climáticas. Tem problemas de saúde. É um dos problemas importantes que foi discutido. Então, discutir energia, claramente estava dentro do escopo da Rio+20. E no documento do Secretário Geral da

Nações Unidas estavam estabelecidas metas interessantes. Uma delas é de que até o ano 2030, dobrasse a quantidade de energia renovável na matriz energética mundial, o que obrigaria os países a fazerem acordos entre eles, como no Protocolo de Kyoto, e que a eficiência energética melhorasse, de certa forma. E a China efetivamente está fazendo. A China é quem está liderando o processo de melhoria de eficiência energética, é a China. Esse é o artigo 70 do Draft Zero, do documento zero. No artigo 125, 127 e 128 do documento final, tudo isso foi eliminado. Simplesmente, em uma linguagem até difícil de entender, eu questiono até o inglês, é uma linguagem tão genérica, que não dá para entender. Simplesmente a gente apela para que os países façam esforços no sentido de... eu não sei o quê. Portanto, eu acho que a conferência foi muito ruim, e houve uma cerimônia. O único dos vários eventos que eu participei lá, o único evento, digamos, que realmente me chamou a atenção, foi um evento que foi muito pouco e não apareceu em público, foi um evento que ocorreu em um dos dias lá, com a presença do Ministro de Relações Exteriores, do Maurice Strong, que foi secretário da conferência de 1992, do atual secretário, daquele chinês que secretariou, mais os embaixadores, mais a equipe que trabalhou na Rio 92. O Itamaraty fez uma coisa muito cavalheira aliás, que foi caçar... a palavra é caçar, porque achar as pessoas lá no Rio de Janeiro não era fácil. E ele conseguiu entrar em contato com essas pessoas. Estava lá a equipe que preparou a Rio 92, os embaixadores que trabalharam. Eu, inclusive, que era o Ministro de Ciências e Tecnologia e de Meio Ambiente, na ocasião. E o presidente Collor também, que era o Presidente da República, na ocasião. E foi uma cerimônia tocante, porque o Maurice Strong foi, basicamente, a única pessoa que falou no evento. E ele fez um discurso tocante, dizendo o seguinte: que ele tinha um senso completo de realismo. Porque desde 1992 até 2012, todos os indicadores ambientais tinham piorado. Só as emissões de carbono, só para dar um exemplo, que dá exemplo da área climática, porque é a área mais discutida. Mas há exemplos em todas as áreas, oceanos etc. Só as emissões de carbono aumentaram, acho que 39%, alguma coisa assim, e que, enquanto isso estava ocorrendo, e a natureza, portanto, estava sendo agredida, havia esse sentimento de que nada pode ser feito, as pessoas não querem fazer, não sei o quê, inclusive criticou o próprio país dele, Canadá, que se retirou do Protocolo de Kyoto, dizendo que as gerações futuras iam cobrar da atual geração, o descaso pelo que estava acontecendo. E de modo que, *data vênia*, eu desculpo o que eu ouvi de você, e estou sendo educado, como eu costumo ser, porque você é jovem. Se você fosse da minha idade, eu teria sido muito mais brutal do que eu fui. E eu recomendo fortemente que você leia o artigo que foi publicado no Estado de São Paulo, na segunda-feira dessa semana. Obrigado.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, professor Goldemberg. Eu queria convidar, então, o Dr. Nelson Moreira Franco para fazer as suas reflexões.

**Nelson Moreira Franco:** Bom dia a todos. Quero agradecer o convite do Secretário Miguel Bucalem, meu amigo Eduardo Jorge, do Volf. É uma honra estar aqui, ao lado de figuras tão proeminentes da ciência brasileira, nosso professor Goldemberg, Fábio Feldmann e o nosso amigo Adriano Santhiago. Eu estou representando o secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, que também é vice-prefeito, e por uma total impossibilidade, e aqui conto com a colaboração de vocês, no sentido de que ele está ocupando, se desincompatibilizou para coordenar a campanha do atual prefeito do Rio de Janeiro, e realmente nós estamos em um processo aí, de guerra, de luta, visando a vitória do prefeito Eduardo Paes, que realmente tem feito um bom trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Em relação à Rio+20, que é o objetivo nosso, aqui, eu acho que, não obstante essa crise global, financeira, econômica que atravessamos, o que prejudicou em muito o brilho e a presença de algumas lideranças, foi um sucesso. O Adriano colocou, aí, em termos de mobilização, de participação da sociedade civil, eu realmente desconheço uma manifestação dessa ordem, no Rio de Janeiro. Eu acredito realmente, a gente não pode ser hipócrita, no sentido de achar que a Rio+20 seria um depositário de todas as nossas angústias, de todos os nossos objetivos em relação ao Meio Ambiente. Até porque ninguém esperava um megaevento. Uma crise econômica global como nós estamos atravessando, quer dizer, eu acho que comparar a Rio+20 com a Rio 92 é um disparate. Porque, realmente, a Rio 92, houve um preparo de 20 anos. Quer dizer, desde a conferência de Estocolmo que está havendo um preparo, está havendo discussões, houve uma elaboração de um marco regulatório dado aí, a assinatura das convenções, quadro sobre mudança do clima, de biodiversidade. Enfim, foi um evento realmente propositivo, proativo, e de grande mobilização internacional, de grandes lideranças, participação dos líderes mundiais. Essa reunião da Rio+20, ela não foi uma reunião de culminância. Já, até porque as outras reuniões que têm sido feitas, e alguns de vocês têm participado das Conferências das Partes da COP, tentam aí, resolver o problema do aquecimento global, têm sido um fracasso. Então eu acho que dentro do escopo que se propôs, foi um sucesso. E aí, eu acho resultados interessantes. Como, por exemplo, a adoção de objetivos do desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas, nos próximos 2 ou 3 meses, vai indicar, através das suas representações locais, no caso, o CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, 30 estudiosos, 30 pesquisadores que vão definir critérios e índices, enfim, do que seja o desenvolvimento sustentável e tem que apresentar isso na Assembleia

Geral das Nações Unidas, se não me engano, em 2015. O outro resultado, que eu achei interessante, foi a discussão em torno da modificação do cálculo do Produto Interno Bruto, do PIB, com a incorporação de novos parâmetros importantes, como é o caso da qualidade de vida, como é o caso dos recursos naturais. E também o resultado interessante foi o que o Adriano já colocou, fortalecimento do PNUMA, que continua como um programa, não conseguiram colocar agência, mas foi robustecido, eu acredito que haja esse engajamento das Nações Unidas para fortalecê-lo. E finalmente, eu acho que houve dois legados nessa reunião, Rio+20, que eu acho de inteira importância. O primeiro foi que essa reunião conseguiu, ela promoveu, na sociedade global, o debate, a discussão, a conscientização para os desafios da sustentabilidade. Quer dizer, eu acho isso muito importante, porque isso vai propiciar para todos nós, quer dizer, para o mundo todo, um repensar aí, no sentido de que mudemos esse atual modelo de desenvolvimento, que tem sido incapaz de superar as agruras e as angústias dos conflitos globais, como a crise climática, como a expansão das cidades aceleradas, a perda da biodiversidade. Eu acho que essa busca de soluções para esse problema da sustentabilidade, ele pode até mesmo, buscar caminhos para um mundo melhor, que foi o mote, o símbolo, a chamada principal, um futuro melhor, dessa reunião. E, principalmente, foi o protagonismo local. Nós assistimos, no Forte Copacabana, durante três dias, a reunião do C40, que todos vocês sabem a importância dessa instituição, onde foram debatidos, durante esses três dias, assuntos de mais alta relevância. E eu não tenho a menor dúvida que o jogo da sustentabilidade vai ser decidido nas cidades. Indiscutivelmente. Prova disso: o compromisso que as megacidades, que a C40 assumiu, de reduzir as metas de 45% em relação às metas projetadas para 2020. Quer dizer, são 40 megacidades, mais 19 como observadoras, digamos 59 cidades. Isso é muito importante, porque não é um processo punitivo. Quer dizer, as cidades não vão estar sendo punidas por não atingirem essas metas. Porque isso foi até um senso de maturidade das lideranças lá do C40, que deixaram a critério da opinião pública e da própria imprensa, a fiscalização de atendimento dessas metas. Por outro lado, foi também discutido a possibilidade de se criar um mecanismo universal, uma metodologia, digamos assim, universal de medição das emissões de gás de efeito estufa. E nesse particular, o próprio Banco Mundial, o WRI, o World Resource Institute e demais outras instituições, estão, já, envolvidas no sentido de até 2016, criar um padrão global de inventário, de se buscar, de uma maneira mais real, a emissões de gás de efeito estufa nessas cidades. De forma que tivemos também um fato interessante, que eu gosto, aqui, de ressaltar, e Fábio Feldmann esteve lá, como o Eduardo Jorge também e Vereador Gilberto Natalini. Nós fizemos um encontro, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, um mês antes, com todos os Secretários, convidamos todos os Secretários de Meio

Ambiente das capitais brasileiras. Compareceram 21 Secretários. E durante dois dias, nós discutimos os problemas, enfim, buscando soluções para isso. O resultado desse encontro foi que 18 casos de sucesso foram apresentados. E casos assim, extremamente viáveis e possíveis de serem adotados como, por exemplo, a gestão de resíduos, em Boa Vista, o reflorestamento em Porto Velho, o próprio exemplo de São Paulo, buscando soluções para mobilidade urbana, ciclovia no Rio de Janeiro, enfim, esses casos foram apresentados pelos próprios Secretários. E inclusive, nós temos uma publicação, depois eu gostaria de pegar o e-mail dos senhores, para enviá-lo, como resultado desse evento. Então, finalizando, eu acho que, no meu ponto de vista, o maior legado foi o protagonismo das cidades na reunião da Rio+20.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Muito obrigado, Dr. Nelson Moreira Franco. Vou convidar o Dr. Fábio Feldmann para fazer as suas reflexões.

**Fábio Feldmann:** Primeiro eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, e antes de iniciar, eu gostaria de manifestar minha absoluta solidariedade ao Eduardo Jorge, diante do que ele tem sofrido nos últimos tempos. Quer dizer, eu acho que a democracia brasileira tem que ser aperfeiçoada para pessoas sérias, com capital de reputação como o Eduardo Jorge, e que, de repente, na minha opinião, até mesmo por motivações políticas, são colocados na mídia como pessoas sem credibilidade, sem reputação. Então, eu estou pedindo uma moção de apoio ao Eduardo, porque eu estava dizendo para o Nelson, quer dizer, gente como nós, que têm, como único capital na vida e patrimônio, reputação, credibilidade, quer dizer, de repente, são lançados aí, em uma discussão pública absolutamente injusta. E até o Eduardo saiu, porque ele ia encontrar o advogado dele, que ele tem um depoimento no MP. Então, eu estou tomando a liberdade aqui, de pedir para vocês uma moção, Bucalem, em favor do Eduardo Jorge. Aqui, nós estamos em um ambiente que é suprapartidário. Eu não estou em partido nenhum, nem o Goldemberg e muita gente, sociedade civil, como a Laura Valente e outros. Então eu queria pedir uma moção de solidariedade ao Eduardo Jorge, antes de falar da Rio+20.

APLAUSOS

**Fábio Feldmann:** Eu vou começar a minha avaliação pelo que o Nelson Franco colocou. Eu acho que a Rio+20, no que diz respeito à sociedade civil, a governos locais, mesmo a comunidade científica, ela foi um absoluto sucesso. Do mesmo modo que eu acho que ela foi

um absoluto fracasso em relação a seus resultados. É até chato, porque ao invés de vir a Izabella Teixeira, o Itamaraty, mandam amigos nossos, mas eu quero dizer primeiro. Quer dizer, o documento a que o Goldemberg já se referiu, ele tem gosto de comida requentada. Ele é uma compilação da Agenda 21, do plano estratégico da Rio +10, e não trouxe absolutamente nada de novo. E me espanta, quer dizer, que um representante como o Adriano venha dizer: *“Pelo menos não tivemos retrocesso.”* Quer dizer, eu acho que temos que estabelecer a linha de base. Quer dizer, dizer que não houve retrocesso para mim, não é, absolutamente, critério de avaliação. E acho que o documento é muito ruim. Como o Goldemberg já colocou, quer dizer, no Draft Zero nós tínhamos certa expectativa que ele, pelo menos, tocasse em alguns assuntos. Ou talvez o melhor exemplo é o dos oceanos. Porque os oceanos, quer dizer, têm sido, nos últimos relatórios das Nações Unidas e da comunidade científica, objeto de enorme preocupação, e é um tema que foi meio esquecido nos últimos 20 anos. E é inexplicável como temas que, na minha opinião, tinham consenso, acabaram sendo suprimidos do documento final. Quer dizer, não havia, nesse caso, por que não colocar os oceanos, segundo, PNUMA. Eu acho que o que se definiu no PNUMA é absolutamente nada. Deixa-me explicar então, um dos equívocos que nós cometemos na Rio 92, e eu acho que o Goldemberg deve se lembrar disso, foi que essa questão institucional, em 92, foi muito maltratada. Foi criada, em 92, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, uma comissão de 15ª categoria, na Kosov, que não disse a que veio, praticamente depois de 20 anos. E nessa conferência, a ideia era, ou vamos fortalecer o PNUMA, ou vamos enfim, criar uma organização mundial do Meio Ambiente. Aí as opiniões se dividem. Inclusive, tem o Rubens Ricúpero, que é um diplomata com muita experiência, nunca defendeu a Organização Mundial do Meio Ambiente, porque ele sempre disse que isso significaria muitos anos de negociação. Que ela teria que haver a negociação da criação da entidade, e depois, anos e anos a fio, para ratificação dos congressos nacionais. Então a opinião do Ricúpero, por exemplo, vamos fortalecer o PNUMA. E por que fortalecer o PNUMA? Porque o PNUMA, ele é uma instituição que tem o orçamento de alguma coisa em torno de 80 milhões de dólares, anuais, que é menos do que se gasta com a passagem dos negociadores das 400 convenções multilaterais de Meio Ambiente. E existe uma dificuldade, inclusive, do PNUMA... o Adriano se referiu à questão do padrão de consumo sustentáveis, que o PNUMA gerou um processo, que chama Processo de Marrakech, e que, na regra atual das Nações Unidas, quer dizer, matérias como essa têm que ser submetidas à Assembleia Geral das Nações Unidas, exatamente pelo formato legal que tem o PNUMA. E o que aconteceu com o PNUMA, nesse caso, desse documento, é que quando foi submeter ao plenário das Nações Unidas, por uma questão conjuntural, o texto foi rejeitado, por uma questão, inclusive, do

conflito que envolvia o Irã. Portanto, o que saiu dessa reunião, em relação ao PNUMA é nada. A única coisa é tornar universal a participação. E até vou contar uma experiência que eu tive. Fui representante do Fernando Henrique na Rio+10, e nós estávamos em uma situação absolutamente constrangedora, porque o Brasil não pagava o PNUMA há anos. Então o embaixador do PNUMA chegou, e disse: *“Olha, Fábio, você tem que ver lá, porque enfim...”* Quer dizer, o Brasil, como é voluntária a contribuição, quer dizer, eu faço parte do conselho do PNUMA, mas o Brasil não paga o PNUMA. Então, vocês vejam, nós saímos dessa reunião com o PNUMA, na minha opinião, muito fragilizado, continua fragilizado, e realmente eu acho que quando eu vejo a Adriano, a Izabella, mesmo os diplomatas brasileiros, que fazem uma avaliação positiva da reunião, eu até ligo para o Goldemberg, falo: *“será que nós estamos falando da mesma reunião? Não é possível.”* Quer dizer, do ponto de vista do documento, é vergonhosa, inclusive, a supressão dos direitos reprodutivos, levando em consideração que o Brasil tem uma presidente mulher, uma ministra do Meio Ambiente mulher, e, de repente, aconteceu, Goldemberg, o que aconteceu na Agenda 21. Na Agenda 21, talvez, como disse o Goldemberg, os mais jovens não lembrem, quer dizer, por pressão do Vaticano também, se retirou os avanços que teriam. Isso lá em 92. E nessa conferência aconteceu a mesma coisa. Então, eu acho que, na minha opinião, essa conferência foi malsucedida do ponto de vista dos governos. E, aqui, vou fazer uma crítica muito pesada ao governo brasileiro. Por quê? Porque comparando 92, ou mesmo 72, com 2012, o que aconteceu de diferente? Primeiro, o que ficou clara é a falta de liderança que em 92 foi exercida pelo Maurice Strong. Quer dizer, o Strong foi o grande protagonista da conferência de 92. Ele já tinha sido secretário geral da conferência de 72, foi o primeiro presidente do PNUMA, e a ausência de uma pessoa como o Strong abriu um vazio de liderança nessa conferência. E aí, o Brasil poderia, na minha opinião, ter exercido essa liderança. E por que o Brasil, na minha opinião, não exerceu a liderança? Porque o Brasil se equivocou em relação ao que eu acho que seria o seu papel de anfitrião. Quer dizer, o Brasil entendeu que o papel de anfitrião é assumir uma postura de aversão a risco. Quer dizer, para o sucesso da conferência, eu não vou assumir posição que possa significar qualquer risco. E o resultado foi o que deu. E por que eu acho que é tão equivocada a posição brasileira? Porque a aversão a risco fez com que o Brasil, por exemplo, assumisse, em muitas situações, uma posição que é do G77. Quer dizer, o Adriano falou da responsabilidade comum, mas diferenciada, que é inclusive, na minha opinião, não avançar e não entender que a avaliação da reunião não é se o documento foi aprovado por todos como os diplomatas brasileiros falaram. Os diplomatas brasileiros ficaram entusiasmadíssimos, dizendo: *“conseguimos fechar o documento.”* Só que conseguir fechar um documento ruim, na minha opinião, não é um bom

indicador de sucesso. E em relação a algumas questões, talvez o Goldemberg não tenha percebido que no futuro que nós queremos, a palavra ciência foi excluída. Quer dizer, no Draft Zero, a ciência e tecnologia, e nos meios de implementação tiraram a palavra ciência. E por que eu estou me referindo à ciência? Porque o que evoluiu de 20 anos para cá, foi que a ciência está cada dia mais dizendo o seguinte: os limites do planeta estão colocados. Nós vivemos uma crise planetária. Quer dizer, isso foi colocado na década de 70 pelo Clube de Roma, depois, um pouco, na conferência de 72 e na de 92, isso não foi colocado. Mas é inequívoco hoje, que nós estamos diante de uma crise planetária clara, em relação ao planeta. E este documento não faz nenhuma menção em relação a isso. Quer dizer, o que mudou nos últimos 20 anos, o Goldemberg falou. Do ponto de vista do clima, as emissões aumentaram. E o IPCC está demonstrando a gravidade e a urgência do problema do clima. No campo da biodiversidade também. Quer dizer, os relatórios recentes, desde o início do milênio, mesmo a economia da biodiversidade, enfim, o TIB, está demonstrando que a biodiversidade no planeta, ela também vive uma crise. E outros temas, como água doce, nitrogênio, enfim. E eu fico abismado e perplexo como essa conferência foi incapaz de pelo menos, fazer com que a comunidade internacional reconhecesse os limites do planeta. Quer dizer, ficando prisioneiro, na minha opinião, de uma posição que é um pouco a posição do G77 e China, que entenderiam que reconhecer os limites do planeta seria impedir o desenvolvimento desses países. É engraçado que a conferência se deu nessa negociação, mais do espírito de 72 do que 92. Que em 72, a posição brasileira foi de que a pior poluição era a miséria, e que qualquer tentativa de colocar o tema do Meio Ambiente seria uma espécie de conspiração contra o desenvolvimento de países do sul. Então, eu realmente, tenho muita dificuldade de fazer uma avaliação positiva dessa conferência. Aliás, até um diplomata brasileiro comentou comigo isso. Disse: *“olha, ninguém queria essa conferência.”* Isso antes da conferência. E depois, o wikileaks vazou os documentos, dizendo que os Estados Unidos e outros países não queriam a conferência agora. Preferiam que a conferência fosse em um outro momento, e que na verdade... ou teria sido uma decisão do Lula, de fazer essa conferência. Então, eu confesso que eu tenho muita dificuldade de fazer uma avaliação positiva. Em relação ao que foi falado, de indicador de felicidade, metas do desenvolvimento sustentável, a conferência jogou um pouco para frente, como tem acontecido nas negociações de clima. Quer dizer, colocou a data de 2015. O grande sucesso de Durban também, que se referiu é isso: *“Vamos jogar lá para adiante, para refazer os compromissos.”* Então, eu acho que aqui, nós temos que pensar o seguinte: quais serão os atores, a partir de agora, de implementação? E que mecanismo nós teremos, de pressionar os governos, e mesmo o Brasil? Aliás, um dado que não foi colocado aqui, é que em 92, quando o

Brasil estava muito pior no filme do que hoje, nós tivemos a presença do George Bush pai, dos grandes chefes de estado. E nessa conferência, inacreditavelmente, nós não tivemos essa presença. Quer dizer, o Obama esteve com a Dilma no G20, no dia anterior, no México, e não veio ao Brasil, sob a alegação até de que isso poderia prejudicá-lo eleitoralmente. Aliás, um diplomata brasileiro falou isso: *“É melhor que o Obama não venha, porque ele pode perder voto se vier ao Brasil.”* E eu diria o contrário. Quer dizer, os votos que ele não tem, ele não perderia. E ele poderia até ganhar votos com a comunidade ambientalista que é formadora de opinião. O David Cameron, que é o primeiro ministro inglês, é pior ainda. Porque os ingleses pediram para que essa conferência fosse adiada em função da comemoração do Jubileu da Rainha. E não apareceram. Então, não há como comparar essa conferência com a Rio 92, porque a Rio 92 se deu em um outro momento, e ela foi muito mais prestigiada do que essa conferência. Eu não consigo... o indicador de felicidade, substituição ao PIB 2015. Metas do desenvolvimento sustentável 2015. O texto do PNUMA é outra coisa, Adriano. Você lê o texto do PNUMA, você não consegue entender o que é esta valorização do PNUMA. Torná-lo universal, não torná-lo universal, quando... E a minha maior crítica aqui, como ambientalista, é, na minha opinião, não incorporar a crise do planeta. E aí, vou fazer uma observação também criticando os brasileiros. Quer dizer, eu vi a Izabella, eu vi o Figueiredo, eu vi os outros, todos muito meus amigos, dizerem: *“essa não é uma conferência de Meio Ambiente. Essa é uma conferência de desenvolvimento sustentável.”* Portanto, a não inclusão do Meio Ambiente, ela se dá nesse contexto. Pelo amor de Deus! 72, 92 e agora, ela pode não ser uma conferência exclusivamente de Meio Ambiente, mas dizer que porque ela é uma conferência de desenvolvimento sustentável, eu não coloco os desafios da crise planetária, é um absurdo total. Eu só vou fazer um comentário final, que é o seguinte: eu fui representante do Fernando Henrique na Rio+10. E eu estive pensando na Rio+10, e a Rio+20. Qual é o risco da Rio+20? É a mesma coisa que a Rio +10. Ninguém lembra que essa conferência existiu, ninguém lembra do plano de implementação dessa conferência. Então o risco da Rio+20 é daqui a 5 anos, ninguém lembrar que essa conferência existiu, tão desimportante que ela foi. Então, eu acho que o governo brasileiro não agiu bem, na minha opinião. Eu atribuo isso, um pouco, à dificuldade que a presidente Dilma tem em relação aos nossos temas. Não acho que esse é um tema da presidente Dilma. Quer dizer, ela não se sente confortável com esse tema. Isso explica, na minha opinião, as dificuldades. E um comentário final, pena que o Itamaraty não veio. Eu acho que a crise planetária é muito séria para ser deixada na mão dos diplomatas. Porque para o diplomata, fechar o documento, antes mesmo que ele seja um documento ruim, é suficiente. Acabar a reunião sem nenhuma crise ali, é suficiente. O único lado positivo, de

inovação da diplomacia brasileira foram os diálogos sustentáveis, em que foi uma tentativa de incorporar a sociedade civil e personalidades. Só que com um equívoco, como incorporar isso concretamente, no documento final, não foi exatamente pensado. Tanto que, depois que se fez os diálogos sustentáveis, a própria sociedade civil rejeita a inclusão da palavra legitimamente representada. Então, eu acho que a lição que fica para o Brasil, é a seguinte: se o Brasil quer entrar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o grande desejo do Brasil, eu acho que o Brasil deveria compreender que ele tem que liderar uma agenda do século 21. A diplomacia tem que ter coragem nesse tema, e mesmo em relação aos outros temas... vocês estão acompanhando a crise da Síria, que a diplomacia brasileira, novamente, tem aversão a risco. Aconteceu com a Líbia do mesmo jeito. Quer dizer, eu acho que a diplomacia brasileira teria que entender a potencialidade do Brasil como grande líder. Tem a maior mega biodiversidade do planeta. Tem o maior potencial de água doce. Tem uma sociedade civil muito bem organizada. Que não é o caso da China. Tem uma comunidade científica que é uma comunidade científica respeitável. Portanto, o Brasil reúne as condições de exercer uma liderança, e adquirir o que se chama o Soft Power. E com isso, eventualmente, postular o Conselho de Segurança e outras coisas. Não acho que o Brasil fez isso. Acho que o Brasil será responsabilizado no futuro, em parte, por não compreender o papel de país anfitrião. E quero te dizer mais: em 92, o Brasil liderou. Em Kyoto o Brasil liderou. Quer dizer, com o Protocolo de Kyoto, mesmo que viesse a se transformar uma MDL com todas as discussões que existem sobre isso, o Brasil liderou em Nagoya, na questão da biodiversidade. O Brasil liderou em Durban, e deixou de liderar agora. Então, o que a diplomacia brasileira agora, tem que correr atrás do prejuízo. O capital de credibilidade que o Brasil adquiriu nesses anos, ele colocou em risco na postura que ele adotou, na minha opinião, na Rio+20. E, portanto, se o Brasil quiser retomar esse capital, eu acho que ele tem que se esforçar e defender uma agenda de século 21, e entender qual é o potencial do Brasil, de uma grande potência ambiental, e de século 21.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, Fábio. Acho que concluímos essa primeira rodada. Todos colocaram de uma forma bastante franca suas posições, o que eu acho muito positivo para realmente ter um debate, e poder tirar as conclusões, as reflexões sobre essa questão tão importante. O Fábio se manifestou por último. Ele tinha ouvido todas as outras manifestações. Eu vou dar oportunidade, para os que desejarem, ainda fazer uma colocação breve, antes que a gente passe para que os membros do comitê possam contribuir, fazendo seus questionamentos. Eu pergunto, Adriano, você gostaria de se manifestar? Obrigado.

**Adriano Santhiago de Oliveira:** Obrigado, Secretário. Alguns comentários. Vou tentar ser breve. Primeiro, em relação ao professor Goldemberg, colocou no início, em relação ao conflito de gerações, eu gostaria de dizer... e do esforço que todas as pessoas já fazem desde anos atrás, só para melhorar o meio ambiente, eu gostaria de manifestar que uma dessas pessoas é o senhor, o próprio Fábio. Eu gostaria de apoiar a moção de apoio que o Fábio mencionou ao Eduardo Jorge. Todas essas pessoas têm papel importante na construção da agenda ambiental brasileira, e internacional, sem dúvida alguma. Eu gostaria de lembrar uma coisa que o Ariano Suassuna falou uma vez, eu achei fantástico. Eu tento trazer isso para mim, ele prefere não se classificar nem como otimista, nem como pessimista, mas como um realista esperançoso. Então, eu gostaria que as pessoas ouvissem minha fala aqui, hoje, como um realista esperançoso. Por que eu digo isso? Em relação ao processo multilateral, eu acho desnecessário dizer, são 190 países, difícil colocar todos os interesses, e o trilha de negociação é a criação de processos. São avanços, talvez não na velocidade que a sociedade desejaria, mas realmente, a gente tem que criar processos, e nesse caso, Fábio, comparando com a Rio+10, acho que a Rio+20 criou processos mais claros e concretos do que a Rio +10.

**Fábio Feldmann:** Quais seriam esses?

**Adriano Santhiago de Oliveira:** O próprio plano decenal de produção e consumo sustentáveis, o avanço na discussão de oceanos que você mencionou, poderia ter ido além, concordo. Poderia ter sido mais forte. Mas houve o item positivo de trazer um item, que como você mencionou, estava há 20 anos sem ser considerado na agenda, e ele volta a ser ponderado com uma força um pouco maior, são alguns exemplos. A própria questão, aproveitando o ponto do professor Goldemberg, em relação à energia, eu acredito que não na parte específica do texto de energia, professor, mas eu acredito que isso está na parte de produção e consumo sustentável. A própria discussão de fim de subsídios a combustíveis fósseis. Essa é uma discussão importantíssima, que aparece claramente, as partes, todos os países fazendo esforços para que esses subsídios e incentivos perversos sejam retirados. Sobre texto de negociação, o professor Goldemberg falou que parte de energia, às vezes, é difícil de entender, o Fábio também mencionou outras partes, a parte do PNUMA, infelizmente isso é uma coisa... opinião minha, de quem acompanha a negociação de mudança do clima, são países discutindo, que não têm a língua inglesa como língua materna, vários deles, e são textos que realmente saem complexos. E as complexidades, às vezes, eu também confesso que têm partes que eu também não entendo. Mas o professor Goldemberg comentava de

compromissos voluntários na COP 9, concordo completamente. A COP 9 foi um fracasso em termos de resultados concretos, mas não concordo com a mesma avaliação em relação à conferência de Durban. Eu acho que a conferência de Durban coloca compromissos, ainda que para criar um processo para ser fechado em 2015, para ser implementado em 2020, mas algo que, pela primeira vez, se fala em ter todos os países, e ainda que considerando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, mas de ter todos os países engajados em um novo instrumento, a partir de 2015. Por fim, concordando com o Franco, isso também não era um desejo do governo brasileiro, mas era um fato, de que não se esperava mesmo, que a reunião fosse uma reunião de culminância. Já se existia essa linha de base, de que não seria uma reunião de culminância. E em relação a aumento de emissões, enfim, de indicadores ambientais que não foram alcançados e que pioraram, e aí, falando de aumento de emissões, professor, isso se deve muito ao próprio déficit de implementação da convenção. E esse déficit de implementação da convenção muito em função da falta de comprometimento dos países desenvolvidos. Eles não estão colocando em prática o que eles assumiram em 92, em relação à transferência de tecnologia, em relação à transferência de recursos, em relação à capacitação. O senhor mencionou muito bem o exemplo: Canadá. Pulou fora do Protocolo de Kyoto. Japão, Rússia, Estados Unidos, os países desenvolvidos criando dificuldades para meios de implementação. Eu acho que são esses os comentários que eu gostaria de fazer. Obrigado, Secretário.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, Adriano. Gostaria de saber se alguém mais, professor Goldemberg, Moreira Franco, Fábio Feldmann? Então encerramos essa primeira fase, onde cada um dos debatedores colocou suas posições, suas reflexões. Eu vou abrir aqui para, então, colocações para os debatedores dos membros do comitê. Tem uma inscrição já, por favor.

#### *4) Manifestação dos membros do Comitê*

**Hamilton Leite - SECOVI:** Bom dia a todos. Sou diretor de sustentabilidade do SECOVI. Antes de mais nada, quero parabenizar o Secretário e o Volf pela reunião de hoje, trazendo pessoas de tanto peso para o nosso debate aqui no Comitê. Eu queria pegar um pedacinho da palavra do Fábio, que ele mencionou a eliminação dos termos que se referenciam à ciência do relatório, para colocar um tema aqui, que está relacionado a alterações climáticas, que eu tenho provocado o professor Goldemberg pelo fato de que existe um grupo de professores, de

universidades brasileiras, inclusive da Universidade de São Paulo, que têm questionado a veracidade das questões climáticas. E o professor me disse que tem uma intenção de promover uma conferência científica na Universidade de São Paulo, para pacificar esse tema, porque, inclusive, alguns professores da USP usam o nome da USP como referência para essas colocações. E eu queria perguntar para o professor, qual é a perspectiva desse congresso acontecer? E propor uma ampliação de um congresso desse, para trazer a sociedade civil e as esferas de governo, federal, estadual, municipal, para que isso repercuta no poder público. Porque colocações desse tipo confundem muito o poder público, e atrapalham muito esse processo.

**Dirceu Yamazaki - Secretaria de Saneamento do Estado:** Primeiro, é uma grande honra estar aqui discutindo com pessoas tão qualificadas, aqui nesse debate. Acho que o Comitê de Mudança do Climática do município enriquece com isso. Dá para ver nitidamente duas posições aqui. Eu participei da Rio 92, mas Rio+20 não pude ir. Mas eu vejo nitidamente que são duas posições. Rio+20, para mim, pelo que ouvi aqui, foi um grande sucesso de público, mas um fracasso no seu resultado. Essa é a posição que ouvi aqui. Não sei se essa minha conclusão é correta, mas o que eu ouvi aqui, que foi um grande sucesso de público, mas em termos de resultados, foi um resultado pífio. O Professor Goldemberg coloca como o fim do multilateralismo. O senhor decreta o fim do multilateralismo nesse processo de discussão do meio ambiente mundial. Esse outro modelo que virá, que parece que é um modelo que nasce da base, ou seja, das ações locais, Prefeitura, isso, ao seu ver, é um avanço ou um retrocesso?

**Alfred Szwarc - FIESP:** Antes de mais nada, cumprimentar a iniciativa da publicação. Muito interessante. Eu acho que positiva aí, para registrar, enfim, os debates e as ideias trazidas para a reunião do C40. E eu teria uma pergunta para o Adriano. Dentro de uma visão de esperançoso, realista e pragmático também, trazendo um pouco... Saindo um pouco do foco da conferência, e entrando no foco da política do Ministério do Meio Ambiente. Dentro dessa perspectiva que você colocou, Adriano, e dos compromissos que o país tem em relação aí, à questão das mudanças climáticas, à legislação federal existente, e o papel que o Governo Federal tem, de articulador dessa política junto a estados e municípios, qual, a partir de agora, será a nossa agenda? Quais serão as metas? Como será esse plano implementado, esse plano de desenvolvimento sustentável e economia verde?

**Laura Valente:** Bom dia a todos. Eu estou aqui na minha capacidade pessoal. Na verdade, já participei desse fórum quando eu era diretora do ICLEI. Então, vocês me perdoem se eu insistir na questão de governos locais. Eu acho que esse movimento em relação ao crescimento do papel dos governos subnacionais, é uma coisa que a gente tem que aproveitar aqui. E eu quero dizer também, apesar de eu não ser do ICLEI, já há algum tempo, eu fico surpresa que os compromissos que foram propostos pela C40 sejam mencionados aqui como uma grande novidade, algo inédito, porque na verdade, esse movimento de governos locais já acontecendo há muito tempo. O ICLEI tem sido líder e representante na ONU, desses compromissos. Tem o Pacto do México, e houve outras coisas também relacionadas a governo local. Então, eu queria deixar registrado que o C40 não é a única instância e nem a principal dos governos locais. Eu lamento ser tão direta, e eu posso falar isso, agora, com muita tranquilidade. Porque eu não faço parte do ICLEI, já, há mais de um ano. Então, eu quero, sim, que, se possível, isso fique registrado, até porque São Paulo é membro do ICLEI e faz parte do comitê gestor internacional do ICLEI. Então só queria deixar isso registrado. Mas eu acho que esse movimento de crescimento do papel dos governos subnacionais, não apenas locais, mas subnacionais, é muito importante de registrar. Mas eu acho que isso não é motivo para que não haja um engajamento e um protagonismo em uma reunião que é de nações. Eu acho, também, que é triste que a gente diga que em um evento de nações, o grande protagonista foi a sociedade civil, os governos subnacionais, e tudo o mais. Obrigada.

**Luciana Correia Gaspar Souza - SIURB:** A minha fala aqui é rápida, e é um pouco no sentido da minha colega Laura. Eu estive na Rio+20, mas como representante da academia de um grupo de pesquisas da PUC. E, infelizmente, o documento não agradou nem um pouco. Eu acho, sim, que se não houve um retrocesso, nós estamos discutindo, na verdade, criando metas que há 20 anos já se criaram, enfim. Mas o que eu gostaria de salientar aqui, de até aumentar a importância, até, do município, é a questão que eu vi e participei, lá na Rio+20, de vários *side events*, em que municípios eram protagonistas nas lideranças e nas ideias inovadoras, tanto na ciência, como na pesquisa, como na implementação de políticas do desenvolvimento sustentável. Não se trata só de meio ambiente, de economia, se trata também de economia, e de desenvolvimento social. E estive presente também a todos os eventos que o ICLEI fez, e o ICLEI é representante também, aqui, nesse comitê, e a minha fala é no sentido de que o município é... as cidades são importantes nessa realidade de ineficiência, da inação da Conferência Mundial que se mostrou agora. E para que ela não seja esquecida e para que a nossa voz aqui, enquanto comitê, não seja em vão, eu acho que o município, sim, o município

de São Paulo, como sendo muito importante e formador de opinião em toda a América Latina, é muito importante que o município tenha esse sentido de ser protagonista, nessas questões de mudanças climáticas, e de desenvolvimento sustentável. É isso.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, Luciana. Então acho que, dada essa rodada dos membros, eu vou passar a palavra aos debatedores. Houve algumas colocações específicas, mas todos podem, logicamente, colaborar de uma certa maneira, não é responder, mas abordar os temas que foram colocados. O Prof. Goldemberg teve um questionamento específico, por favor.

**José Goldemberg:** É sobre a questão dos céticos.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Em relação à mudança climática.

**José Goldemberg:** Esse problema é um problema antigo. Ele é um problema que existe nos Estados Unidos, em que há um grupo de pessoas que acabaram sendo denominadas como os céticos, em relação ao aquecimento global. E acabou chegando no Brasil. Quer dizer, realmente, sabe, parece esses programas de televisão, da Oprah, que agora estão chegando no Brasil. Agora é a Fátima, ou sei lá, a Hebe Camargo. E esta é uma característica comum. É de que eles têm uma característica um pouco de cartomancia. Quer dizer, é como ir à cartomante. Moças, em geral, vão em cartomantes. Nos Estados Unidos têm muito homem que vai em cartomante. Aqui no Brasil parece que é menos. E essas cartomantes, de modo geral vocês olhem na família de vocês. As cartomantes, em geral, falam sempre as mesmas coisas. Se a moça tem 18 anos: *“ah, você vai casar com um engenheiro, etc. e tal, vai ter dois filhos, não sei o quê...”* É uma coisa comum. As pessoas estão envolvidas em problemas de aquecimento global há muitos anos, temos feito um esforço sério de entender qual é a seriedade das críticas. Como você sabe, os estudos sobre clima são feitos por um comitê que envolve cerca de 2000 cientistas no IPCC, que passam pelo critério, pelo sistema usual de crítica científica. É assim que a ciência funciona. Não é mesmo? Então, por exemplo, se você mede lá, em uma universidade qualquer, você vem lá, como uma ideia de que a gravidade que se aplica a todas as coisas, subitamente você detecta lá um negócio, que você solta o corpo, ele não cai. De vez em quando aparece alguém. Eu, em geral, sou uma vítima frequente, de pessoa que propõem motes contínuos. É uma coisa recorrente na história da Física. Porque até 1750, ou até 1800, mais ou menos, as pessoas não tinham uma ideia clara de que energia se

conserva. E que, portanto, eles ficavam inventando máquinas que produziam energia a partir do nada. A Academia de Ciências de Paris, que era a grande Academia da época, ofereceu um prêmio gigantesco. Eu não sei quanto é em moeda de hoje, mas era um prêmio gigantesco, para um moto-contínuo que funcionasse. Evidentemente, nunca ninguém ganhou, porque o mundo em que nós vivemos é um mundo em que energia se conserva. Mas esses céticos, então, eles vêm com essas coisas. *“Ah, sabe como é. No passado, a temperatura já subiu muito. E já desceu muito.”* O que é verdade. Geólogos sabem disso. Há milhões de anos esse tipo de coisa está acontecendo. E você repara que nas pessoas que são céticas, há um número grande de geólogos. Porque geólogos são meio acostumados com essas ideias. É outra escala, claro. É outra escala, e já ocorreu, mas é ao longo de centenas de milhões de anos. E sempre têm causas. Quer dizer, o motivo pelo qual o nível do mar subiu muito, ou desceu, é porque as placas tectônicas... está aí o nosso amigo, que sabe mais sobre isso do que eu. Então, o que nós sabemos sobre mudança de clima hoje, passa por um processo científico, extremamente rigoroso. Você não consegue publicar um artigo em uma revista sem que dois, ou três, ou quatro revisores anônimos olhem isso aí. E os céticos não passam por esse processo. Eles vão ao programa do Jô Soares e dizem: *“olha, é bobagem etc. e tal, tudo. O mundo está esfriando. Não está esquentando.”* Sei lá. Você vai ao programa do Jô Soares e você fala o que você quiser. Então, o que nós... o que a universidade... o que nós discutimos... Eu não sou mais reitor, se eu fosse reitor, eu já teria feito. Em primeiro lugar, eu perguntaria para esses geólogos aí, para eles explicarem quais são as bases quantitativas do que eles estão dizendo. Mas, de qualquer forma, o que está sendo planejado na Universidade de São Paulo não é um congresso. É um seminário, seminário científico. Um método pelo qual nós fazemos seminários sobre tudo. Sabe? Pega qualquer... Entra na internet e olha a lista de seminários que têm na Universidade de São Paulo. Sei lá, deve ter uns 200 por mês. Primeiro, nós pretendemos fazer um seminário então, em que os céticos, esses que foram nos programas do Jô Soares etc., venham lá explicar o que eles acham. Então não é apelar para o público. É simplesmente fazer uma discussão no estilo da universidade. É isso. Não é um congresso. É um seminário da Universidade de São Paulo. Ele está sendo organizado. Quando ele for organizado, ele, naturalmente, pode ser assistido por quem desejar. E vocês são bem-vindos. Mas é por aí. Eu tomei muito tempo com isso, mas deixa eu rapidamente falar sobre as outras questões que foram perguntadas. O nosso amigo perguntou... É óbvio, agora, que foi um sucesso de público, mas eu queria dar um esclarecimento sobre isso para você. Ele foi um sucesso de público no Brasil. Os problemas que nós estamos discutindo de desenvolvimentos sustentáveis são problemas que são internacionais. Eles envolvem os outros países, sobretudo os grandes

países. China etc. e tal. Então, ter tido um sucesso local muito bom. Mas isso foi só no Brasil. Não sei se vocês repararam, a imprensa internacional simplesmente ignorou isso. Não houve mobilização nenhuma. Quer dizer, não vamos dar uma de Itu. Sabe como é? Em Itu é tudo grande etc. e tal, tudo. Quer dizer, o sucesso é local. Eu acho que é uma coisa boa. A sua pergunta, então, se liga com a observação do Alfred. Muito bem. A hora, agora, é de ações locais. Podem ser nacionais, também. Por exemplo, a China está fazendo um ótimo serviço, em reduzir o consumo de energia que é poluente. Nem por causa de mudanças globais. É por causa de poluição local. E as pessoas estão morrendo em Beijing, simplesmente. Então ela está fazendo pelo seu próprio interesse. Isso ocorre em vários países do mundo. A China é o principal exemplo. Não está ocorrendo nos Estados Unidos. Os Estados Unidos estão simplesmente colocando a cabeça dentro do... como o avestruz coloca a cabeça dentro da areia. Há um debate violentíssimo nos Estados Unidos. Foi preciso a Corte Suprema dos Estados Unidos... Imagina, a Corte Suprema dos Estados Unidos decidir que a emissão de CO2 é efetivamente um poluente. Isso foi a Corte Suprema dos Estados Unidos. Porque o governo não conseguia resolver isso no nível legislativo. Então estão ocorrendo ações de governos, isoladamente. Estão ocorrendo ações em estados, muitos estados. Estado de São Paulo, por exemplo, está fazendo e municípios. E a resposta, então, é a seguinte: é se as ações locais são um avanço ou são um retrocesso. Eu vou aderir aqui ao realismo pragmático. É o que temos. E eu acho que devemos fazer um esforço muito grande de aumentar isso. E está ocorrendo. A lei adotada aqui, no estado de São Paulo, que não foi fácil de adotar, está sendo adotada no Rio de Janeiro também, e acho que no Espírito Santo, em outros estados brasileiros. O que vai acabar levando o Governo Federal a adotar uma lei também. A lei do Governo Federal é uma lei esquisita. É uma lei voluntária. Eu nunca ouvi falar de leis voluntárias. Leis são mandatórias. E o governo usou uma linguagem meio estranha, e tem uma lei voluntária. É claro que isso vai ter que mudar. Na medida que um conjunto de estados adotar medidas mandatórias, isso também vai ser feito a nível federal. Como a China faz. Então eu acho que a importância de ações locais é muito grande. Isso por todas as cidades, em um país como o Brasil. Porque ele está se urbanizando rapidamente. Se as grandes cidades brasileiras seguirem o exemplo do município de São Paulo, pelo menos, isso é claro que é uma coisa positiva.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado, professor. O Fábio também quer colocar.

**Fábio Feldmann:** Goldemberg, eu queria fazer uma observação sobre os céticos. Que eu, pessoalmente, eu acho que a gente tem que ter uma reação mais incisiva, em relação a eles. Eu vi uma grande entrevista do Molion, que é meu amigo pessoal, em que, por exemplo, ele diz que ele tenta publicar artigos na Science, que ele é censurado. Ele também fez outro comentário, dizendo que: “graças ao não-fortalecimento do PNUMA, o Brasil pode continuar construindo o Belo Monte.” Então eu mandei uma carta para Ombudsman da Folha, dizendo o seguinte: “*Quer dizer, um jornalismo correto teria que verificar as afirmações do Molion. Liga para a Science, liga para a Nature, pergunta quais são os critérios científicos, quais não são...*” Por que eu estou falando isso? Porque eu acho que por trás dos céticos, existe... e eu estou falando isso sem ser cientista, há uma tentativa de desqualificação da ciência. Daqui a pouco, nós vamos estar discutindo, no Brasil, o criacionismo nas escolas. Quer dizer, que é uma discussão muito americana. Então eu acho, diante dos céticos, eu acho que a gente tem que se manifestar. No caso daquele professor de geografia, da USP, o Felício, ele é um professor. O máximo que ele fez em mudança do clima foi orientar uma mestranda em mudança do clima. Então também, tem que mandar uma carta para o Jô Soares e dizer: “*olha, tem que haver seriedade do ponto de vista de que tipo de jornalismo você está praticando.*” E eu estou colocando isso, porque eu sinto o crescimento dos céticos de maneira geral. Eu tenho ido a entrevistas no jornal, em que o jornalista que está me entrevistando, ele, na verdade, está assumindo quase uma posição cética: “*ah, vocês estão falando em aquecimento global...*”, isso aconteceu comigo. “*Eu estou com um casquinho aqui porque está meio frio...*” Então, eu acho que tem que haver uma reação firme no sentido de um bom jornalismo no Brasil, e repelir essa ideia de importar essas discussões. Nós, na última campanha presidencial, importamos a questão de casamento gay, concorda comigo? Entrou, mesmo do aborto. Quer dizer, o Brasil tende a importar temas que normalmente não estão na agenda brasileira, ou mesmo na agenda política. E hoje, até, tem uma declaração de alguém representando a Igreja Católica, dizendo que quer discutir, nessa campanha, a questão homossexual, e mais uma das questões. Então, eu acho que o nosso papel é pedir ao Jô Soares que leve o Goldemberg, que leve o Gilvan, que leve outras pessoas. E no caso da Folha, foi interessante, porque a...

**José Goldemberg:** Doutor Fábio, espera um pouquinho. Eu tenho sido convidado para ir para fazer o contraponto. Acontece que eu tenho me recusado. Eu tenho sido convidado. Eu tenho recusado, porque não é o lugar. Nós fazemos seminários na Universidade de São Paulo.

**Fábio Feldmann:** Não. Não. Mas, Goldemberg, eu discordo de você. Isso é uma posição do ex-reitor da USP, não de... Por que eu discordo? Porque eu acho que nós não podemos perder a opinião pública, Goldemberg. Quer dizer, desculpa. E no caso do ombudsman da Folha, ela me respondeu da seguinte maneira: *“concordo com você, e vou enviar à redação.”* Não sei se vocês concordam comigo. A imprensa põe um cético e põe um que acredita em mudança do clima, mas ele tem que checar as informações. O que o Molion e os céticos têm dito, é que eles têm sido censurados. O Molion foi além. Ele disse que ele não consegue financiar os projetos dele... Não sei se vocês viram a entrevista. E agora, ele é consultor da Bandeirantes. Não é que ele... Ele foi contratado, pela Bandeirantes, como consultor. E a Bandeirantes tem uma linha editorial, hoje, contra o Código Florestal, enfim. Então, Goldemberg, eu discordo. Inclusive, o Gilvan me disse que foi em um debate com o Molion... Estou contando o que o Gilvan me disse. Ele disse: *“olha, eu me esforcei muito para não entrar... para não reagir emocionalmente.”* E não sei se vocês viram o debate, o Gilvan disse: *“olha, ciência funciona da seguinte maneira: eu testo uma hipótese, tal...”* Eu estou falando isso porque eles estão crescendo, os céticos, no Brasil. Eu sinto isso. Não sei se vocês sentem isso. Quer dizer, eu sinto pessoalmente, com pessoas com quem eu converso. Aqui é um apelo pessoal, Goldemberg. Você tem que ir aos programas. Porque na universidade... Senão eu ligo para a dona Terezinha.

**José Goldemberg:** Desculpa a franqueza. É um debate que não é no meu nível. O debate no meu nível são debates em seminários.

**Fábio Feldmann:** Sim. Mas, Goldemberg, o risco que nós corremos no Brasil, eu estou sendo muito honesto, de a gente acabar tendo no Brasil, a mesma discussão que é desqualificada. Porque... mesmo em relação ao IPCC. Eu falei para o ombudsman. O IPCC não produz ciência. Ele compila a ciência. Quer dizer, o IPCC registra a divergência. Eu estou falando isso, porque eu estou preocupado com esse crescimento dos céticos no Brasil. Eu estou preocupado. Não sei se vocês têm esse mesmo sentimento. Quer dizer, hoje, muitos jornalistas indagam. Então, pelo menos da imprensa, Goldemberg, a gente tem que exigir uma postura mais profissional e mais séria. Se o cara quer insistir, se o Molion diz que a Science o censura, liga para a Science, pergunta quais são os critérios de publicação da Science. Pergunta o que é o peer review, e o que não é o peer review. Não sei se você entendeu. Porque da maneira como o Molion saiu... Não sei se vocês viram na Folha, vocês viram a entrevista do Molion? E eu até disse: *“como o PNUMA iria impedir, na verdade, que o Brasil*

*construísse Belo Monte?*” E daí, entra na tese da conspiração. “Olha, ainda bem que nós salvamos o Brasil dessa conspiração contra o desenvolvimento brasileiro.” Segundo, com relação a multilateralismo. Eu não acho que é o fim do multilateralismo. Acho que dentro do multilateralismo, há toda condição diplomática de você fazer alianças. Vou citar o caso do Protocolo de Kyoto. O Brasil negociou com os Estados Unidos, Goldemberg, você lembra bem, antes de Kyoto, para propor o MDL. Quer dizer, a China é um país que mudou muito a partir da negociação de Bali, e o Adriano sabe disso. Eu só vou citar: em Bali, a China falou, e disse o seguinte: “Eu não vou assumir compromissos, mas eu vou mensurar, reportar e verificar minhas emissões, e permitir que se faça a mesma coisa.” Brasil, o Celso Amorim falou depois do chinês, e mudou o seu discurso. Então, o que eu critico também na diplomacia brasileira, é que haveria espaço para algumas alianças com os europeus, com os chineses, eventualmente, e o Itamaraty não se esforçou. O Itamaraty, nessa política de não desagradar ninguém, porque quer o Conselho de Segurança, o Itamaraty ficou na pior posição do mundo. E quero dizer mais: eu esperava que o Ministério do Meio Ambiente tivesse uma posição mais ativa na negociação. Quer dizer, quando estava se negociando ainda, no Rio/Centro, quem negociou foi o Itamaraty, e o Ministério do Meio Ambiente foi praticamente afastado dessa negociação, e o Ministério de Ciência e Tecnologia também. Eu estou falando das internas do Brasil. Então eu acho que o Ministério do Meio Ambiente, Adriano, devia estar lá na negociação exigindo, como esteve na Rio+10, quando o chefe da delegação foi ex-ministro do Meio Ambiente, o José Carlos Carvalho. Então, eu estou colocando isso, não para criticar o Brasil pelo que passou, mas para, daqui para diante, a gente saber balizar um pouco mais. Em relação ao que você falou, Laura. O que a gente imaginava desta conferência, não é a reunião do C40 que não teve nada a ver com o evento, não é isso? O Nelson pode até explicar. É que nas Nações Unidas, se abrisse um espaço de representação para os governos subnacionais e locais. Quer dizer, hoje você vai em uma COP, se for o prefeito do Rio de Janeiro... Quantos habitantes têm o Rio hoje? Quanto? 6 milhões. Ele não tem voz, e o presidente de Tuvalu tem 14 mil habitantes, que é muito ativo, tem voz. Então, o que a gente imaginava nessa nova arquitetura das Nações Unidas é que se criasse um mecanismo de representação dos governos subnacionais e locais. Isso não entrou na agenda. Quer dizer, o C40 existe com Rio+20 ou sem Rio+20. Mas a representação dos governos locais e subnacionais teria que ter sido colocado na agenda, e se encontrar um mecanismo formal de representação.

**Laura Valente:** Na verdade, o argumento de pedir que os governos locais, e... na verdade, os governos subnacionais, tenham assento na ONU, é uma coisa que tem se insistido

há anos pelos governos locais, há anos, mas o argumento, sempre contra, é o seguinte: é Organização das Nações Unidas. E aí, o que se fez foi reconhecer. Hoje existe, separado por que antes qual que era a briga? Os governos locais faziam parte das ONGs. A gente sentava junto com as ONGs. E nas plenárias podia se manifestar, mas como ONG. Hoje, os governos subnacionais são um grupo majoritário, com voz própria. Então, embora a gente não tenha voz como parte, porque nenhum outro grupo majoritário tem, os governos subnacionais, assim como os parlamentares, hoje, são um grupo majoritário. Então é considerado como um avanço. Isso daí foi uma vitória dos governos locais, que vêm batalhando isso há muitos anos. Já na Rio+20. Isso já estava decidido.

**Miguel Bucalenn - SMDU:** Está bom. Obrigado. Alguém mais quer falar sobre essa questão das colocações que foram feitas? Sim. Por favor, Adriano.

**Adriano Santhiago de Oliveira:** Obrigado. Eu ia começar pela pergunta do Alfred, mas eu vou aproveitar e apoiar o Fábio. Eu concordo com você, Fábio. Até agora, principalmente uma emissora de televisão, só fez o ponto, sem o contraponto. A gente só está com o ponto. Não tem o contra. E aí... Dos céticos. Exatamente. Bandeirantes tem feito isso. É. Falando claramente então, a Bandeirantes fez esse... só mostrou o ponto, sem o contra. Então, eu concordo, Fábio, que pessoas como o professor Goldemberg, professor Pinguelli, professor Gilvan estejam nesse debate, sim, para fazer esse contraponto, para breçar esse movimento, que realmente, a gente vem sentindo, também. Em vários debates de mudança do clima, isso está sendo recorrente. E aí, Fábio, eu concordo plenamente contigo com a questão do IPCC não fazer ciência, ele compila. Ele mostra o estado da arte. E no relatório de 2001, nem de 2007. O terceiro relatório, essa questão acho que já estava bastante clara em relação à influência antrópica na mudança do clima, aquele famoso gráfico que mostra a curva de medidas observacionais de aumento de temperatura e um modelo considerando só elementos naturais. As duas curvas não batem. Pegando essa mesma curva de observações, com só o modelo de influência antrópica, as duas curvas não batem. Quando se considera a comparação dessa curva de observação, mas com o modelo, com a influência humana e a influência natural, as curvas batem direitinho. Então, esse é o que a ciência mostra, já lá em 2001. E aí, professor Goldemberg, também eu acho que existe uma posição dos céticos, mais voltada para a variabilidade climática e meteorologia, que tem uma visão mais de curto prazo, diferente da mudança global do clima, que é uma abordagem de longo prazo. Mas a gente precisa, realmente, de vocês fazendo esse contraponto. Em relação à pergunta do Alfred, articulação com estados e municípios, acho que é do conhecimento de todos, mas vale mencionar, a gente

tem os quatro planos setoriais, de 2010, elaborados e sendo implementados, o IPCC DAN, IPCC Cerrado, o Plano Decenal de Energia e o Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono. E, para esse ano, estão em consulta pública os planos setoriais de mineração, indústria, saúde e transportes. E a gente está tendo essas consultas públicas em vários estados. A gente já teve uma no Rio, uma em Curitiba, uma em Recife, acho que tem uma programada para Manaus e outra em Brasília. Eu devo estar esquecendo de alguma, mas as consultas públicas terminam agora, em agosto. Com a articulação com os estados e municípios, a gente tem uma linha do fundo nacional sobre mudança do clima, para tentar promover essa articulação, principalmente por meio de apoio a inventário de emissões de gases de efeito estufa, isso é uma coisa que tem que ser fortalecida. E o próprio Secretário Carlos Klink está assumindo, a gente têm tido essas conversas internas, para fazer esse fortalecimento. Ele sentiu essa lacuna, e ele quer colocar alguma coisa prática de tentar harmonizar, o que a gente pode, dentro da possibilidade, não é, professor, harmonizar a legislação federal e as legislações estaduais. Eu acho que esse debate é premente. O Klink está compromissado com isso. Rapidamente também, atacar um pouquinho só essa questão do multilateralismo. Acho que na linha do Fábio também. Acho que não seria o fim do multilateralismo. Vou usar de novo, a mudança do clima como referência. Eu acho que a COP de 2009, COP 15, de Copenhague, ela, sim, criou uma certa descrença no multilateralismo. Mas eu acho que essa crença foi recuperada com a conferência de Cancún e a conferência de Durban. E por que não? Eu acho que também, na Rio+20, a gente tem ainda, essa força no multilateralismo.

**Miguel Bucalenn:** Obrigado. Nelson Franco, você quer se manifestar?

**Nelson Moreira Franco:** Uma observação. Foi definido entre o Governo Federal, a ministra do Meio Ambiente com o ministro da ciência e tecnologia, enfim, com a Prefeitura do Rio de Janeiro, um local. O Fábio até estava, oportunamente, colocando isso. Chamaram Centro de Estudo Rio Excelência. Inclusive, a própria ministra já tinha definido orçamento para isso, e a Prefeitura do Rio já tinha disponibilizado o antigo Automóvel Clube, onde foi feito o último discurso do Jânio, quer dizer, tem toda um processo histórico e cultural também, que é um prédio antigo. Eu gostaria de saber de você, porque isso eu acho da maior importância, inclusive está se discutindo aqui, desse ceticismo, desse envolvimento, desse engajamento, sempre uma abertura a mais para isso. Se você teria alguma posição sobre isso?

**Adriano Santhiago de Oliveira:** Obrigado, Nelson. A gente teve uma reunião, há pouco tempo, com a assessoria internacional, justamente para discutir isso e foi levado para o Secretário Executivo para tentar, realmente, fazer esse Centro decolar. E houve essa discussão, já, interna, com o Secretário. Ele está realmente comprometido, e realmente existe um recurso, agora não me lembro exatamente o valor. Acho que é dez, não é? Mas isso está em pauta sim. A gente teve uma reunião há pouco tempo com o Secretário Executivo. Deve sair alguma coisa concreta. O Secretário Executivo Gaetano é muito pragmático, e deve estar colocando isso para rodar brevemente.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado. Nós temos um compromisso com os debatedores de encerrar ao meio-dia, essa reunião. Então, eu vou passar, rapidamente, a palavra para o vereador Gilberto Natalini que havia me solicitado, e aí podemos caminhar para o encerramento da reunião.

**Vereador Gilberto Natalini:** Bom, queria cumprimentar a todos. Agradecer o presidente, Secretário Bucalem pela cessão da palavra. Eu sou um convidado aqui. E eu queria só apoiar aqui, de viva voz, a moção que o Fábio fez em relação ao Eduardo Jorge, que quem conhece o Eduardo Jorge, eu o conheço há 40 anos, sabe que é uma coisa muito fantasiosa o que foi colocado sobre a pessoa dele. É praticamente impossível qualquer tipo de realidade do que foi colocado ao Eduardo Jorge. Faço questão de dizer isso aqui. E queria dizer para os senhores, que eu não sou cientista e não sou gestor. Eu sou um agente político. E tenho procurado cumprir minha função como agente político nesse tema que nós estamos discutindo aqui. Eu acho que nós precisamos colocar um pouco mais de política, não política partidária, de política, de atuação política no assunto. Porque essas coisas se resolvem, mesmo, é com as decisões políticas. Foi dito aqui, e eu concordo, pelo que eu sei, eu não sou especialista, sou um aprendiz no assunto, procuro aprender certinho. Foi colocado aqui que a reunião que aconteceu no Rio de Janeiro, ela não foi do tamanho e de profundidade que todos nós esperávamos, que o mundo esperava. Ela foi aquém das expectativas. E no aspecto de decisões. Não no aspecto de mobilização, no aspecto de agitação, no aspecto de discussão, mas no aspecto central de decisões, ela foi aquém do que nós esperávamos. Isso é uma coisa muito objetiva. Foi colocado também aqui, por várias pessoas, que o poder local, as Prefeituras, elas têm feito muito, muito, muito sobre o assunto. Coisas muito práticas, objetivas, concretas, que a gente está vendo acontecer. Não é que está falando. Está vendo acontecer. Aqui na nossa cidade, nós podíamos ficar um dia inteiro citando. Então, a exemplo do que aconteceu no Sistema

Único de Saúde, eu fui presidente do COSEMS, Bucalem, que era o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, o SUS só se implantou no Brasil por uma mobilização dos municípios. Porque estava na lei, era para fazer, mas havia resistências enormes. Tanto na área federal como nas áreas estaduais, isso era no ano de 96, 97, por uma questão de poder. E a mobilização de baixo para cima, dos municípios, acabou convencendo, aliando-se com os setores que eram a favor dos estados e no Governo Federal, acabou vencendo, e o SUS foi a maior descentralização da história do serviço público no Brasil. Em prazo de menos de um ano, quase 6 mil municípios se habilitaram e assumiram funções no SUS. Ele tem dificuldades hoje, por outras questões, questão de financiamento, mas é o plano de saúde do povo brasileiro. Eu acho que nessas questões que nós estamos discutindo aqui, tendo em vista a realidade, as coisas vão andar. Por que vão andar? O realismo esperançoso, que você falou. Porque a realidade da vida vai empurrar as coisas para andar. A hora que a água subir, que as pessoas estão vendo o que está acontecendo, isso vai mover, em uma velocidade não que nós gostaríamos, mas vai mover, inclusive aqueles que não vieram para a Rio+20, vai mover os céticos, vai mover... O que nós precisamos, é trabalhar do ponto de vista político, na minha opinião, eu estou falando aqui da minha área, com embasamento técnico, científico, com gestores, com todos, mas fazer um diálogo político. E as cidades jogam um papel muito grande. Eu sinto um pouco, ainda, uma organização pequena do poder local, como força de influência. Quem está fazendo muito, e que não está organizado suficientemente para se colocar no processo. Então, a minha proposta que eu deixo aqui, para esse comitê paulistano, aqui está a cidade do Rio de Janeiro, quero até agradecer tudo o que vocês fizeram pela nossa conferência municipal aqui, você e o Muniz, e o prefeito, e parabenizar pelo que vocês fizeram no Rio. Vocês foram muito legais na organização que vocês fizeram. Eu fui lá, participei. Quero parabenizar aqui, publicamente. Mas eu acho que é preciso haver uma articulação e buscar os aliados que estejam nos poderes diferentes do poder local. Então, buscar, dentro dos Ministérios, as pessoas que têm uma visão parecida com a nossa, e que querem ver o processo avançar. Isso é uma costura política. Então, embora os municípios estejam fazendo muito, eu acho que eles estão, politicamente, costurando pouco. E a sua voz ainda não está se fazendo ouvir nas instâncias. Mas o poder de um município como São Paulo, como o Rio, como Belo Horizonte, como outros, é muito grande quando falar de forma organizada. Então, deixo aqui a minha proposta, para que esse comitê possa organizar, no momento adequado, uma reunião das grandes cidades brasileiras, ou das médias, ou das pequenas, que estejam fazendo, que queiram participar, que queiram vir a São Paulo organizar, juntamente com o Rio de Janeiro, de braços dados, nós fazermos um debate sobre esses assuntos com os agentes

políticos, gestores, e os representantes da academia, das cidades brasileiras que queiram. E convidar aqueles que, por condições de poder superior, possam ser convidados, que sejam aliados nossos para que essa voz ecoe, e a gente faça o esperançoso andar mais rapidamente do que, obviamente, nós ficamos, cada um no nosso canto, nós não vamos fazer. Acabou a reunião, cada um vai para um canto. Todo mundo vai fazer, mas não reverbera. Então, tem que reverberar. Em política tem que reverberar. Por uma causa justa, é mais do que justo que a gente faça isso. Fica minha proposta, como convidado. Que eu sou convidado, não mando nada aqui. Fica minha proposta. Do ponto de vista da Câmara Municipal, eu me coloco à disposição para ajudar com outras câmaras municipais, com outros parlamentos no Brasil, a ser complementar a essa, vamos dizer, posso usar a palavra, a essa agitação do bem que nós devemos fazer, para fazer o realismo esperançoso, e ir mais rápido do que ele poderia ir, se nós não fizemos, ficamos quietos, cada um trabalhando no seu canto. Obrigado pela oportunidade.

**Miguel Bucalem – SMDU:** O Fábio pediu um aparte, mas antes, eu só queria mencionar que você é o convidado mais permanente que nós temos aqui.

**Fábio Feldmann:** Eu queria transformar a proposta do Natalini em uma moção de apoio ao Centro do Rio de Janeiro, que fosse enviado ao Itamaraty, ao Ministério de Relações Exteriores, e Ciência e Tecnologia, pedindo que fosse dado o andamento. Porque eu acho que isso é uma questão prática. E até, também, um elogio à organização que o Nelson e a equipe do Rio de Janeiro fez, em relação a colocar as cidades brasileiras. Acho que são duas coisas muito objetivas e concretas. E o Natalini poderia também fazer isso, uma moção da Câmara Municipal. O que você acha disso, Nelson, para retomar o assunto?

**Nelson Moreira Franco:** Eu acho ótimo. Agradeço as palavras generosas, Natalini e Fábio. Agora, eu concordo inteiramente com você, entendeu? Eu acho que está faltando e é uma dificuldade, essa interação, esse entrosamento, do gestor municipal com os representantes do Governo Federal, que têm decisão. Com os acadêmicos também, que nos ajudam a reverberar todo esse processo, e ajudam também, a mobilizar, como diz o nosso querido professor, quer dizer, a agitação do Rio de Janeiro foi muito local. Agora, professor, dos 45 mil, tinha uns 25 a 30 mil estrangeiros e isso nos assustou um pouco. Quer dizer, talvez a imprensa não tenha dado a conotação devida, porque você sabe como é que funciona isso. Agora, não foi só uma participação unicamente local, do Rio de Janeiro e do Brasil. Acho que

foi uma... Nesses 3 mil eventos paralelos, talvez o professor estivesse mais centrado no Rio Centro, mas o Rio de Janeiro deslocou seis locais, o aterro do Flamengo, o Museu de Arte Moderna, a Quinta da Boa Vista, e um contingente brutal de pessoas participando, se mobilizando. Eu concordo inteiramente, repito aqui, com a ideia do nosso Natalini. E coloco aqui, o Rio de Janeiro, à disposição, para estarmos juntos.

**Miguel Bucalem - SMDU:** Antes de finalizarmos. Você quer fazer uma breve observação? E aí eu vou ter que finalizar.

**Tércio Ambrizzi – USP:** Só algumas coisas para pontuar, até o que o Fábio falou. Hoje, a Academia Brasileira de Ciências, ISPPC e a própria USP, elas estão trabalhando em um documento. Eu, o Paulo Artacho, o Marengo, o Carlos Nobre, a gente está em contato, até para fazer esse documento. E tentar fazer um documento em uma linguagem mais clara. Por que o que os céticos... Aliás, outro dia, um jornalista definiu bem: na verdade, o termo, cético, está errado, porque o verdadeiro cientista é um cético. Ele vai atrás, ele investiga, ele procura, para provar se está certo ou errado e essas pessoas não. Então, nós estamos sim, elaborando um documento, que a gente espera que seja uma linguagem um pouco mais simples, até para atingir o grande público. Porque o que está acontecendo é que eles estão indo nessas mídias, a Bandeirantes, literalmente, falou para o Paulo Artacho, e eu já sabia disso, de que ela é totalmente *no believer*. Ela assumiu essa linha positivamente. Inclusive, um recente jornalista da Folha, do Caderno de Ciências, foi demitido porque ele não concordava com a redação, porque a redação da Folha também está assumindo uma postura muito similar a isso. O Glauco Ângelo, exatamente. Então, o professor Goldemberg até mencionou, acho que no dia 16 de agosto, nós vamos realizar um evento também, sobre a Rio+20, mas também vamos colocar um outro evento tentando debater a ciência na verdade. E de colocar isso em uma linguagem mais formal.

**Fábio Feldmann:** Eu sei que está acabando. O que eu acho é que vocês deviam procurar o próprio Jô Soares, ou mesmo a Folha, porque eu acho que seria importante dar um contraponto. Esse rapaz da USP, esse Felício, eu fiquei muito impressionado. Porque depois que ele foi ao Jô Soares, não sei se vocês viram, ele virou uma celebridade. Eu estou fazendo uma sugestão, que é realmente procurar o Jô Soares, reclamar com o ombudsman, porque a Bandeirantes já tinha assumido uma linha editorial contra nós, no Código Florestal. Não sei se vocês acompanharam. É uma linha da emissora. Mas eu acho que pelo menos pedir o contraponto. Porque eu acho que, ao contrário do que o Goldemberg acha, é difícil discordar,

porque o discípulo nunca discorda do mestre. Mas eu acho que não pode deixar ocupar... Eles estão ocupando esse espaço, Goldemberg. Eles estão ocupando espaço fora da universidade, que é muito grave, porque na universidade, eles não têm espaço, exatamente pelo que nós sabemos.

**José Goldemberg:** Daqui a pouco as evidências vão ser tão evidentes, e tão documentadas. Eles vão ser varridos da história. Como foram varridos da história os que não acreditavam na teoria da evolução de Darwin. Aí não dá, Fábio. Quer dizer, você ir em um programa...

**Fábio Feldmann:** Eu te mando, Goldemberg. Eu te pego em casa.

**José Goldemberg:** Acha que tem cabimento ir lá discutir com a Hebe Camargo, ou com o Jô Soares etc.? ? Não adianta, Fábio. O que precisa... Olha aqui, eu até tinha preparado uma transparência, que eu vou mandar para você. As companhias de seguros são todas resseguradas em Zurique. E elas fizeram um gráfico muito interessante, eu vou te mandar, Tércio, em que eles listaram gastos com seguros, provocados por eventos naturais, desde 1980 até 2010, terremotos, erupções vulcânicas, etc. e tal. Os gastos com seguros de causas naturais são constantes, praticamente constantes, nos últimos 30 ou 40 anos. Os gastos com eventos climáticos extremos, secas, tempestades de água, inclusive essas chuvas que têm aqui em São Paulo, que vivem perseguindo o prefeito, e chuvas em um período muito mais concentrado de tempo, são previsões dos modelos climáticos. Esses eventos climáticos extremos estão aumentando extraordinariamente. Então é isso. Agora, você acha que eu vou ao programa do Jô Soares mostrar um gráfico, lá, que ninguém entende etc., ainda vão falar que aí vem um professor Pardal, que..., senhores eu preciso sair.

**Adriano Santhiago de Oliveira:** Só aproveitar a oportunidade. O representante do município do Rio aqui, o Nelson, agradecer a todo apoio do município à Rio+20, acho que foi fundamental e agradecer novamente o convite do município de São Paulo por promover esse tipo de debate aqui. Que a gente tenha mais esse tipo de debate.

*5) Manifestação do Presidente do Comitê Dr. Miguel Bucalem e encerramento*

**Miguel Bucalem - SMDU:** Obrigado. Eu vou aproveitar, o professor Goldemberg tem que sair, está se despedindo, para encerrar a reunião. Eu acho que foi um debate muito interessante. Porque realmente foi um debate com posições bastante divergentes, mas abordando esse tema que é bastante complexo e acho que talvez aqui, surgiu uma sugestão muito boa, do Natalini, que foi abraçada. Há alguns consensos, mas talvez, o consenso mais forte é o papel das cidades, dos governos locais. E aqui, ressalto o papel que o Comitê pode exercer nessa questão. Eu agradeço muito os debatedores, eu acho que o debate foi de altíssimo nível. A gente sabe como é difícil programar uma manhã para estar aqui, mas acho que do ponto de vista da cidade, do Comitê, foi uma oportunidade muito interessante dessa reflexão. Eu agradeço a todos, e com isso, eu encerro a sessão. Obrigado.

**Representantes do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia presentes:** Ailton Brasiliense Pires – ANTP; Alfred Szwarc – FIESP – Aruntho Savastano Neto – SES; Dirceu Rioji Yamazaki – Secretaria de Saneamento do Estado; Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho – SVMA; Giovanni Palermo – SGM; Hamilton de França Leite Junior – SECOVI; Hugo Duarte – SEMDET; Joo Hyun Há – SMRI; José Maria da Costa Orlando – SMS; Luciana Correia Gaspar Souza – SIURB; Marco Antonio Mroz – Secretaria de Energia; Miguel Luiz Bucalem – SMDU; Oswaldo Massambani – SMDU; Tércio Ambrizzi - USP e Volf Steinbaum - SVMA.

- Lilian Sarrouf – representando Sergio Tiaki Watanabe - SINDUSCON

- Marcos Takao Ozaki – representando George Hermann Rodolfo Tormim - SF

- Marcio Schettino – representando Sandra dos Santos Netto Grapella - SMT

**Participantes convidados:** Adriano Santhiago de Oliveira – MMA; Angela Maria Branco – SVMA; José Goldemberg – USP; Nelson Moreira Franco – Prefeitura do Rio de Janeiro; Fábio Feldmann; Mariana M. Neiva – LIMPURB; Paola Bocardo – AES Brasil; José Carlos Andersen – CET; Deodoro A. O. Vaz – SVMA; Lucia M. Okumura – SPUrbanismo; Ilderson O. França – SMDU; Vereador Gilberto Natalini; Cacilda Bastos – METRO; Marcos Takao Ozaki – SF; Helena Orenstein de Almeida – ITDP; Anna Bray Sharpin – ITDP; Nilza M. Toledo Antenor – SMDU; Helena M. Campos Magozo – SVMA; Heliana L. Artigiani – SMDU; Carlos Cesar Sa Rosa – SMDU; Laura Lucia Ceneviva – SVMA; Laura Valente de Macedo – WRI; Daniel Soler – CETESB; Adalberto Maluf – Fundação Clinton; Paula Vianna Souza – SPUrbanismo; Patrícia

Marra Sepe – SVMA; Lydia Lopes – SMDU; Mirella Dal Sasso Altieri - SVMA e Darci Rocha Munin – SVMA.

**Miguel Luiz Bucalem**  
**Presidente do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia**

**Volf Steinbaum**  
**Secretário-Executivo do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia**